

PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO RENOVAÇÃO E EXPERIÊNCIA

PTC / PMDB / PC do B / PEN / PT / PPL / PRP

Rede Sustentabilidade / PMN / PROS / PT do B

COLIGAÇÃO RENOVAÇÃO E EXPERIÊNCIA

“Vamos marchar sobre as urnas, até que enviemos às câmaras municipais, às assembleias legislativas e ao congresso, pessoas que não tenham medo de fazer justiça, amar a misericórdia e andar humildemente com seu Deus.”

Marthin Luther King

Ibirité acumulou, ao longo dos anos, grandes demandas sociais, econômicas e ambientais decorrentes do crescimento desordenado e predatório. Baixa oferta de empregos, transporte público deficitário, qualidade precária dos serviços de saúde e educação públicas, desatenção com o saneamento básico, especulação imobiliária, déficit habitacional, exclusão e desigualdades sociais evidenciam a falta de compromisso do poder público com a qualidade de vida dos cidadãos. A condução da coisa pública passou a ser um “negócio” em que os prejuízos são socializados para toda a sociedade, enquanto os lucros são apropriados por um pequeno grupo para o qual a cidade é a extensão de seus interesses particulares. Projeto que se tornou viável devido à combinação de vários fatores, entre eles, desarticulação dos movimentos sociais, subserviência da Câmara dos vereadores, uso ostensivo da máquina pública, abuso do poder econômico, clientelismo, compra de votos e, principalmente, relações promíscuas com empreiteiras e especulação imobiliária. Os cidadãos foram alijados dos processos políticos, ainda que o município ofereça importantes recursos humanos, culturais e sociais, que, ouvidos e convocados a dar sua contribuição, poderiam ter se traduzido em grandes avanços educacionais, tecnológicos, econômicos, ambientais e consequentemente, sociais. Mas o grupo dominante nunca teve interesse nem vontade política para mobilizar instituições públicas e dialogar com sociedade civil, empresas de responsabilidade social, terceiro setor e cidadãos conscientes, pois o bem comum nunca esteve entre suas prioridades e preocupações. Eis o desafio: recuperar a confiança nos processos políticos valorizadores da democracia participativa e direta e, a partir deles, promover o desenvolvimento sustentável para que Ibirité ofereça qualidade de vida e justiça social a seus habitantes; desafio que pode ser enfrentado através de ampla e vigorosa mobilização da sociedade (esta sim, geradora do “novo” e das transformações desejadas). Quanto mais abrangente, representativa, e comprometida, mais eficaz ela será. A eleição do próximo prefeito e dos vereadores é um momento em que poderemos mostrar que há dois projetos distintos na arena que não se resumem a uma questão de “bom” ou “mau” gerenciamento (embora isso também seja fundamental), mas de diferentes visões estratégicas sobre o papel que cabe à prefeitura e à sociedade. As políticas públicas podem ser, sim, universais e inclusivas, opostas às que se praticam atualmente, excludentes e discriminadoras. A eleição é um momento para essas ideias ganharem dimensão mais ampla, não só sobre quem governará a cidade, mas sobre quais políticas públicas serão aplicadas em nome de quem

conferiu poder ao governo vindouro. Nos últimos anos a cidade retrocedeu. Avanços significativos construídos no campo social, político e econômico, com a participação da sociedade, foram sumariamente suprimidos. O Orçamento Participativo deu lugar a fajutas “audiências públicas” - de resto, uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal - onde a efetiva participação popular é resumida a uma claqué de bajuladores instaurados e instados a aplaudir oradores que nada dizem. Os conselhos - instâncias de controle social sobre as políticas públicas - foram sucessivamente esvaziados, sucateados e desrespeitados em suas decisões, até perderem sua efetividade. A autonomia é zero. No campo econômico, a cidade não teve ganhos. Ao contrário, perdemos investimentos. O Distrito Industrial parou de crescer e, inclusive, encolheu, com a debandada de empresas insatisfeitas com o tratamento dispensado pela prefeitura. A poluição dos cursos d’água, a destinação inadequada de esgoto e lixo, o desmatamento e as leis em favor da especulação imobiliária mostram que o meio ambiente encontrou no poder público um inimigo furioso que transformou Ibirité no paraíso da especulação imobiliária. A combinação de uma política deliberada de utilização da máquina pública em favor de um grupo, somada à má gestão, fizeram a cidade caminhar descompassadamente, enquanto a maioria dos municípios da região metropolitana da BH avançou em saltos na última década. Resta, portanto, interromper o ciclo do não crescimento e desastroso, trazendo novamente à pauta valores como honestidade, transparência e democracia, imperativos em qualquer administração pública. Não há como ser parcialmente honesto, nem “meio” democrático ou “mais ou menos” transparente. Temos claro, também, que a democracia não começa na eleição nem acaba nela. Ela é um processo de permanente construção balizada pelas diferenças/convergências entre os múltiplos atores que compõem a arena chamada cidade. Esta, por sua vez, mais que uma simples instância de poder, é o lugar onde, por excelência, individualidade e coletividade se tocam e onde as questões ambientais, sociais, culturais, educativas e econômicas se articulam e se complementam. Daí a necessidade de afirmarmos categoricamente a necessidade de uma nova agenda para Ibirité, visando uma cidade sustentável e cidadã, o que implica no reconhecimento e na garantia de direitos até então subtraídos e/ou negados à coletividade. Assim, direito à terra urbana, saúde, educação, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho, lazer para a presente e as futuras gerações são determinantes ao contexto municipal. Isso implica planejar o desenvolvimento da cidade e das atividades econômicas do município, corrigindo e evitando novas distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. E, ainda, urge a ampliação da oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população. Na outra ponta, é necessário descentralizar e democratizar o poder e ampliar a participação popular nas decisões e no acompanhamento/fiscalização dos atos da prefeitura. Torna-se indispensável também o incentivo à organização da comunidade, sem a qual não se pode falar em pleno exercício da cidadania. A cidade é obra coletiva! Como tal, não deve estar subjugada a interesses privados que se confrontam com os

direitos coletivos. Trata-se de reafirmar a necessidade de o governo municipal, legitimado pela cooperação com as organizações da sociedade civil, submeter ao interesse público o poder de planejar a cidade, em oposição à perversidade dos interesses privados e especulativos que dominam a prefeitura. Este é o compromisso da coligação “Ibirité Pertence ao Povo”, que tem como candidatos William Parreira para prefeito e Paulo Telles para vice-prefeito. Uma união que se tornou possível graças ao diálogo e à compreensão de que o bem comum é maior que todas as diferenças e que o objetivo mais importante é devolver Ibirité para os seus verdadeiros donos: os cidadãos e cidadãs.

Abraço fraterno e até a vitória!

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que a Coligação Renovação e Experiência, apresenta à população seu Programa de Governo para o período 2017/2021.

A Coligação Renovação e Experiência é a convergência de um grupo de pessoas de diferentes trajetórias, perspectivas, ideologias, formação, mas que querem e lutam por justiça, social, econômica e ambiental para o município de Ibité, são pessoas capazes de deixarem de lado os pensamentos ideológicos individuais para um pensamento coletivo para o bem comum em sociedade. Estabelecemos como principais diretrizes a verdadeira democracia, cujo o poder emana do povo para o povo, a gestão compartilhada e descentralizada, transparência e o respeito ao bem público. Nesta perspectiva, o controle social sobre a gestão pública e a introdução de efetivos mecanismos de participação popular serão metas a serem perseguidas desde o primeiro dia de governo.

Quanto mais transparente for a administração, prestando contas de suas ações e dialogando com os diversos segmentos sociais, maior será sua capacidade de superar as velhas práticas do patrimonialismo, da corrupção, do autoritarismo e do desleixo com a coisa pública. O governo municipal, colocado a serviço dos interesses econômicos e particulares de um pequeno grupo familiar, é o principal promotor das desigualdades sociais. Estando a máquina da prefeitura a serviço daqueles interesses, as políticas públicas fundamentais (saúde, educação, segurança, lazer, emprego, meio ambiente, transporte, moradia, saneamento básico etc.) acabam desprovidas de investimentos públicos. É urgente, portanto, inverter prioridades. Sem prejuízo de outros segmentos sociais, o foco do nosso Governo será a população mais sofrida dos bairros populares. Aqueles que mais precisam de atenção efetiva e ações imediatas, particularmente nos campos da saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura urbana. Vítima do crescimento desordenado e predatório, a cidade caminha na contramão. A maioria dos municípios da Grande BH avançou em saltos na última década, mas Ibité, além de não atrair, perdeu investimentos. O custo social é visível, assim como o grande passivo ambiental legado pelo apetite voraz da especulação imobiliária. O governo da coligação “Renovação e Experiência” vai interromper esse ciclo, corrigindo desvios e evitando novas distorções, colocando em pauta uma nova agenda política e social. Trata-se de planejar o município combinando crescimento econômico, geração de emprego e renda, ampliação da oferta de serviços públicos com qualidade e conservação do meio ambiente. Evidentemente, Ibité não pode ser sustentável, muito menos cidadã, se alguns grupos vivem na opulência e concentram recursos, oportunidades e, principalmente, poder político, enquanto outros não têm acesso a serviços básicos como saúde e educação. As desigualdades sociais são obstáculos ao pleno desenvolvimento e enfrentar esse desafio exigirá um esforço concentrado da prefeitura com a participação ativa da sociedade.

Esta nova maneira de governar, articulada com as outras iniciativas expressas neste Programa, cumprirá o objetivo maior desta coligação que é submeter as ações da prefeitura ao interesse público e, mais importante, devolver Ibirité aos seus legítimos donos: os cidadãos e cidadãs.

Política renovada significa iniciativas inovadoras, em essência, palavras e atos, visão e experiência, que se traduzem por um redirecionamento de forças e afetos para objetivos comuns. Queremos uma organização política diferente, que permita a quebra do monopólio dos partidos sobre a política, demonstrando que outra forma de Governabilidade e poder político é possível e viável, com uma cidadania mais ativa, participação e transparência - democratizando a democracia.

BASES PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA GOVERNABILIDADE:

- **Colaboração:** Governo aberto, articulado com núcleos de inovação, ação e transformação da cidade, orçamento participativo, controle social, metodologia de participação, construção coletiva e mediação de conflitos.

- **Integração:** Inteligência Urbana, gestão descentralizada, organização e distribuição de informações, valorização do servidor público como agente de transformação.

- **Cidade Justa:** Auto reguladora, criativa, regeneradora de ecossistema, ecologicamente consciente, socialmente equilibrada, economicamente inteligente.

Sob as bases da nova governabilidade, teremos 10 objetivos de governo que são:

1 – Construção de um modelo econômico com projetos de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável.

Algumas ações para a viabilização desse objetivo:

- Redução de 20% dos salários dos cargos de alto escalão da administração municipal;
- Revisão e adequações justas dos salários dos servidores públicos municipais;
- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, mantendo diálogo permanente com os setores produtivos e agentes econômicos;
- Desburocratizar as exigências para instalação de pequenas e médias empresas, reduzindo custos para os novos empreendedores;

- Resgatar e requalificar o Distrito Industrial, dialogando com os empresários sobre as potencialidades e vocações econômicas municipais;
- Criar programa de estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apoiando especialmente as pequenas e médias empresas;
- Manter intercâmbio com redes de cooperação voltadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental;
- Estimular a prática do cooperativismo, com a criação da incubadora de cooperativas;
- Criar a incubadora de pequenos empreendimentos;
- Manter programas permanentes de qualificação profissional, sintonizados com as demandas e vocações municipais;
- Apoiar a agricultura familiar e promover programas de desenvolvimento rural, apoiando iniciativas solidárias, de cooperativismo e agricultura orgânica
- Promover ações que garantam assistência técnica aos produtores rurais e a diversificação da produção, numa perspectiva sustentável e ambientalmente correto.
- Criar programa municipal que garanta atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Implantar o Sistema Único da Assistência Social;
- Planejar as ações de assistência social, tendo como centro a família e a comunidade;
- Requalificar e equipar satisfatoriamente os Centros de Referência da Assistência Social (Cras), para atender com efetividade a demanda do município;
- Estabelecer diretrizes para prestação de serviços sócioassistenciais, definindo mecanismos de controle e avaliação das entidades parceiras da prefeitura, combatendo o clientelismo;
- Promover a oferta de programas de capacitação profissional, alfabetização de adultos, cooperativismo e ações de educação, cultura, esporte e lazer para famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Articular amplo programa de segurança alimentar e nutricional com a política de inclusão social, economia solidária e desenvolvimento econômico;
- Promover acesso da população de baixa renda a alimentos de qualidade;
- Implantar programa de hortas comunitárias orgânicas, com assistência técnica para as comunidades.
- Promover a cobrança justa e revisão de valores do IPTU de acordo com as legislações vigentes
- Institui melhor fiscalização a empreendimentos empresariais quanto a sua regularização e funcionamento, compatibilizando a legislação municipal às legislações vigentes no Estado e União de forma a tornar processos menos burocráticos, mais ágeis e sustentáveis, com atenção às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais.
- Adequar o Minas Fácil (destinado aos empreendedores) à realidade do Município.
- Potencializar os serviços de atendimento e regularização de construções civis no município.

2 – Gestão pública transparente, participativa e descentralizada com uma política externa de paz

Algumas ações para a viabilização deste objetivo:

- Criação de equipe permanente de soluções para transparência pública, acesso à informação e integração de serviços públicos.
- Consórcios entre municípios vizinhos para a viabilização de melhorias coletivas
- Estabelecer o Concurso Público como única forma de acesso ao serviço público municipal de Ibirité;
- Criar programa de formação continuada para os servidores públicos, promovendo uma nova dinâmica organizacional baseada na promoção da qualificação e no aprimoramento profissional, na perspectiva de constituição de um quadro permanente de gestores públicos;
- Modernizar o processo de trabalho, com a implantação de sistemas tecnológicos capazes de agilizar o fluxo de informações e a qualidade das ações desenvolvidas;
- Garantir que os servidores participem de forma concreta na discussão, na implantação e na avaliação das ações realizadas;
- Implantar a Mesa de Negociação Permanente com os sindicatos que representam os diversos ramos de atividade no serviço público, adotando instrumentos normatizadores e reguladores da relação do governo com o funcionalismo;
- Implantar um Programa contínuo de qualificação, capacitação e reciclagem profissional entre os servidores
- Implantar a Ouvidoria Municipal como um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Prefeitura, com o objetivo de atender diretamente os munícipes em reclamações sobre os serviços prestados ou por solicitações não atendidas;
- Regionalização de gestão com a criação de Co-prefeituras e de aparelhos públicos em regiões estratégicas do município.

3 – Educação Pública e Universal de qualidade, baseada na igualdade de oportunidade para todos

Em síntese, a educação deve promover o conhecimento científico, humanístico, artístico e tecnológico, combinados com a reflexão sobre os valores éticos e democráticos, promovendo a inclusão e a solidariedade em todos os níveis e modalidades de ensino. Neste sentido, faz-se necessário:

- Manter a oferta de vagas na rede municipal de ensino e eliminar o déficit de vagas na educação de

zero a seis anos, com critérios de acesso democrático e transparente, promovendo a permanência dos alunos e desenvolvendo esforços pela ampliação gradual da oferta;

- Enfrentar a evasão escolar e implantar a escola em tempo integral, oferecendo, além da educação de qualidade no turno regular, atividades pedagógicas que assegurem a permanência da criança e do adolescente na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais;
- Dotar as escolas municipais de espaços de convivência e desenvolvimento de programas educativos, socioculturais e de lazer, promovendo a integração com a comunidade;
- Criar bibliotecas infantis e brinquedotecas;
- Oferecer merenda escolar de qualidade, serviços de saúde bucal, além de atendimento psicológico, quando necessário;
- Implantar programas como Brasil Alfabetizado e ProJovem, sintonizados com os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com proposta pedagógica que dê ênfase ao mundo do trabalho, aos direitos de cidadania e às diversidades de gênero, raça e geração;
- Melhorar a qualidade do transporte escolar municipal e ampliar o número de alunos atendidos;
- Estimular o acesso às novas linguagens de comunicação, particularmente a informática, como aspectos indissociáveis do processo educacional;
- Implantar bibliotecas e laboratórios de informática em todas as escolas municipais;
- Potencializar o papel da escola nas campanhas educativas sobre uso de drogas, segurança, meio ambiente, saúde, trânsito entre outras;
- Garantir a inclusão, inclusive digital, das crianças com deficiência, assegurando, ainda, condições de acessibilidade e equipamentos, além de formação para os profissionais da rede municipal de ensino;
- Buscar parcerias com universidades para o apoio a projetos de pesquisa desenvolvidos por educadores da rede municipal junto às comunidades, possibilitando a elaboração de propostas para demandas e potencialidades locais;
- Assegurar a execução de programas de elevação de escolaridade para os educadores, juntamente com a formação permanente e valorização profissional;
- Desenvolver programas de qualificação/requalificação profissional, estabelecendo parcerias com governos federal e estadual, universidades, Ifet/Cefet, organizações da sociedade civil, SESC, SESI, SENAI, sindicatos, empresas etc;
- Desenvolver ações de estímulo à leitura, produção literária, artes cênicas e educação musical nas escolas municipais;
- Revitalizar e ampliar a biblioteca pública municipal e implantar projetos de biblioteca e cinema itinerantes, levando informação, lazer e cultura para todas as regiões do município;
- Implantar centros de inclusão digital em número suficiente para atender todas as regiões do município;

- Promover a educação ambiental, privilegiando o conhecimento sobre a biodiversidade local, sua preservação, defesa e recuperação.

4 – Universalização e melhoria dos serviços de saúde

Defendemos uma política de saúde que garanta acesso humanizado, universal, igualitário, integral, gratuito e eficaz para todos. Além disso, a ênfase na prevenção é crucial para a qualidade de vida da população. Neste sentido, faz-se necessário:

- Garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando atenção e cuidado que correspondam às necessidades e demandas da população;
- Introduzir, reestruturar e/ou ampliar os programas do Ministério da Saúde, tais como Programa Saúde da Família (PSF); Programa Brasil Sorridente; Programa de Atendimento Domiciliar (PAD); Programa de Internação Domiciliar (PID); Farmácia Popular, SAMU (Serviço Móvel de Atendimento de Urgência);

Hiperdia; CAPS (Centros de Atenção Psico-Social); Saúde do Idoso; Saúde da Mulher; entre outros;

- Reestruturar o serviço de pronto-atendimento na região central e criar duas novas unidades nas regiões do Canal e Jatobá/Duval de Barros, mantendo serviços 24 horas e compatíveis com as necessidades da população;
- Aperfeiçoar o fornecimento gratuito de medicamentos à população na rede de saúde ou em domicílio, mantendo estoque regular e seguro para atender à demanda;
- Promover atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde;
- Requalificar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental;
- Criar programa municipal de combate ao crack e apoio à recuperação do dependente, incluindo assistência ao núcleo familiar;
- Implantar sistema informatizado que possibilite o monitoramento dos atendimentos, das doenças e da entrega de medicamentos, facilitando, assim, o tratamento e acompanhamento de problemas epidemiológicos.
- No caso do hospital, carro-chefe publicitário da atual administração, será necessário prepará-lo para suprir todas as demandas, inclusive exames e cirurgias de alta complexidade. Deve, portanto, estar devidamente equipado e dotado de médicos especialistas, enfermeiros e técnicos capacitados, além de atuar como referência para municípios menores, em sistema de consórcio.

5 – Planejamento e Reforma Urbana que transforme a cidade em espaços saudáveis, democráticos e seguros

Implantar, em parceria com as diferentes esferas de governo, Polícia Civil, Polícia Militar e sociedade, programas de segurança social voltados para a prevenção da criminalidade e a cultura da paz;

- Ampliar o sistema de monitoramento das principais vias e equipamentos públicos, por meio de câmeras de vídeo, para prevenir e inibir a violência urbana;
- Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com da sociedade, assim como entidades e órgãos públicos ligados à segurança pública;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Pública, promovendo a capacitação dos seus membros, em parceria com as forças de segurança estaduais;
- Criar o Observatório da Criminalidade no município, com participação da sociedade;
- Implantar projetos que articulem políticas de segurança e ações sociais preventivas e direcionadas prioritariamente às causas da violência;
- Capacitar lideranças que atuam em locais de maior risco de criminalidade, visando à reintegração de crianças e adolescentes com maior grau de vulnerabilidade;
- Criar e capacitar equipes nas comunidades com o objetivo de promover a convivência social adequada, prevenir o uso de drogas e combater a violência domiciliar;
- Promover ações permanentes de prevenção e conscientização sobre os riscos do uso de drogas;
- Manter políticas permanentes de promoção da prática esportiva e de atividades culturais, que são comprovadamente instrumentos eficazes antidrogas e anticrimes;
- Realizar campanhas sistemáticas de desarmamento geral da população, em particular o público juvenil;
- Manter programa de apoio ao jovem dependente químico e atuar com rigor visando o cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente;
- Atuar de forma integrada com os Conselhos Tutelares, resguardando as competências legais de cada órgão;
- Promover o monitoramento sistemático nas escolas e equipamentos da prefeitura Reestruturar o transporte coletivo municipal, visando maior racionalização e eficiência;
- Melhorar a qualidade do atendimento e as condições de acessibilidade, adequando a oferta de ônibus à demanda, em especial nos horários de pico;
- Melhorar as condições de conforto e de informação aos usuários nos pontos de embarque e desembarque;
- Implantar, de forma gradativa, o uso de combustíveis limpos na frota de ônibus do município;

- Implantar ciclovias onde for possível;
- Promover a melhoria da sinalização viária e implantar sinalização semafórica onde for necessário;
- Aprimorar programa permanente de educação para o trânsito nas escolas e comunidades, visando pedestres, condutores e passageiros.
- Enfrentar o déficit habitacional e garantir a função social da propriedade urbana definida pelo Estatuto da Cidade;
- Promover a revisão do Plano Diretor, buscando compatibilizar a ocupação do solo urbano com diretrizes que assegurem o desenvolvimento sustentável;
- Identificar as áreas que não cumprem a função social da propriedade e destiná-las para produção de habitação social;
- Implantar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU);
- Elaborar o Plano Municipal de Eliminação das Áreas de Risco;
- Elaborar o Plano Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, que deverá definir ações de curto, médio e longo prazo, por meio da participação cidadã;
- Implantar o Fundo Municipal da Habitação, promovendo o investimento coordenado dos recursos da área;
- Melhorar a qualidade do ambiente urbano e implementar uma política habitacional compatível com as políticas de gestão e de saneamento ambiental, em especial em áreas de risco e de preservação ambiental, como os mananciais.

Estabelecer parcerias e convênios com entidades que tenham trabalho com este segmento;

- Estimular o trabalho voluntário de assistência às pessoas com deficiência;
- Assegurar o esporte para pessoas com deficiência nas diversas modalidades;
- Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial e a capacitação de familiares para a reabilitação;
- Implantar políticas e programas para pessoas com deficiência, em parceria com as diversas esferas de governo.

6 – Política Cultural que reconheça e valorize o capital simbólico, por meio de estímulo às suas múltiplas manifestações.

- Realizar censo cultural na cidade para identificar o que os diversos agentes culturais criam e produzem;
- Construir, em parceria com os diversos segmentos culturais da cidade, uma agenda cultural permanente, utilizando os espaços disponíveis para a realização de eventos e apresentações, priorizando artistas e grupos locais;

- Investir na qualificação dos agentes culturais do município, abrangendo as diversas linguagens e manifestações artísticas, alcançando as comunidades de todas as regiões da cidade;
- Criar Pontos de Cultura no município, em parceria com o Ministério da Cultura;
- Criar o Fundo Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Cultura; Requalificar e aproveitar os diversos espaços disponíveis – hoje subutilizados – para o desenvolvimento de atividades de formação e qualificação cultural.

7 – Políticas ambientais que promovam a qualidade de vida da população, mas também oportunidades de emprego e renda, agregação de valor aos produtos e à cultura locais, prioridade aos gastos públicos em saneamento básico, gestão de resíduos, preservação de patrimônio natural.

- Coibir a especulação imobiliária, punindo com rigor os danos ambientais provocados por esta atividade econômica;
- Reduzir o perímetro urbano municipal, garantindo a preservação da Serra do Rola Moça e a Zona Rural do município;
- Instituir a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental;
- Revisar o Plano Diretor do município, com ênfase nos pontos que favorecem a especulação imobiliária, para sua adequação à Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental;
- Fortalecer e democratizar o Conselho Municipal de Meio Ambiente – Codema;
- Instituir o Fundo Municipal de Meio Ambiente, com recursos provenientes de multas, a serem utilizados em ações de proteção e conservação ambientais;
- Implantar o Plano de Gestão, Manejo e Preservação da lagoa de Ibitaré, em parceria com organizações da sociedade civil, universidades, governos federal e estadual, empresas responsáveis e comunidade;
- Intensificar ações de fiscalização ambiental integrada aos demais órgãos ambientais;
- Reforçar as medidas reguladoras do uso e ocupação do solo e atividades com potencial de impacto à saúde humana e/ou ambiental;
- Implementar, fortalecer e ampliar ações integradas de educação ambiental, envolvendo a população;
- Promover a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino;
- Estimular as práticas de redução, triagem, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, bem como a organização do mercado de recicláveis e o fomento à geração de emprego e renda, estimulando a organização de associações comunitárias e cooperativas de catadores;
- Preservar as áreas de mananciais, compatibilizando o uso econômico e social com a recuperação do passivo ambiental;

- Criar e implantar unidades de conservação municipais e implementar seus respectivos planos de manejo, consolidando a proteção dessas áreas;
- Evitar a ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis como APP's (Áreas de Preservação Permanente) e APRM (Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais) por meio do aprimoramento do sistema de fiscalização e controle municipal;
- Estimular e apoiar parcerias e iniciativas próprias da comunidade para a requalificação ambiental de áreas públicas e privadas, incentivando a prática da conservação.
 - Criar Centros de Educação Ambiental e Parques ecológicos em áreas verdes do município
 - Implantar nos prédios públicos e escolas sistemas de energias renováveis;
 - Estimular o uso de energias renováveis, reuso da água, coleta de água de chuva e permeabilização de solo com programa de desconto do IPTU
 - Utilizar o Instituto Federal construído no município para educação tecnológica voltada para o meio ambiente e agricultura sustentável;
 - Suspensão imediata de empreendimentos imobiliários;
 - Construir políticas de preservação e conservação da água;
 - Intensificar o tratamento do esgoto de Ibitaré na Estação de Tratamento de Esgoto para que atinja o nível de 100% de esgoto coletado e tratado.

8 – Políticas prioritárias de atenção as crianças, jovens, idosos e mulheres de maneira a instrumentalizar uma transformação positiva e agregadora, onde seja possível a garantia de seus direitos.

- Utilizar as praças públicas para ações esportivas e culturais;
- Criar o Conselho Municipal de Juventude, para formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais;
- Garantir a execução do projeto ProJovem, em parceria com o governo federal, visando ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional;
- Promover a formação e a inclusão de jovens expostos à situação de violência doméstica ou urbana;
- Oferecer qualificação sócio-profissional a jovens desempregados;
- Promover campanhas informativas sobre sexualidade e uso de drogas;
- Garantir atendimento adequado e diferenciado aos jovens usuários de drogas e às suas famílias, oferecendo tratamento digno para se livrar da dependência química.
- Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção ao uso de drogas e a atenção à família;
- Promover articulações com as outras esferas de governo para aplicação de recursos financeiros na cidade, ampliando a oferta de serviços à criança, ao adolescente e às suas famílias;

- Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência decorrentes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade em relação à Criança e ao adolescente;
 - Privilegiar atividades socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com destaque para as ações voltadas à permanência e ao sucesso na escola.
- Promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização familiar quanto às suas necessidades e direitos;
- Melhorar as condições de utilização dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade;
 - Incentivar a produção cultural e de lazer para as pessoas idosas.
 - Realizar atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, além de ações que visem reduzir os índices de violência contra as mulheres;
 - Promover campanhas de combate à violência contra a mulher e os serviços de atendimento às vítimas e fazer valer as medidas previstas na Lei Maria da Penha;
 - Desenvolver ou ampliar programas e serviços que contribuam para a reestruturação da vida das mulheres que sofreram violência doméstica;
 - Priorizar as mulheres chefes de família e de baixa renda nos diversos programas sociais do município;
 - Desenvolver programas e atividades de cultura, esporte e lazer destinados às mulheres nos equipamentos públicos municipais.

9 – Uso de inteligência coletiva como um instrumento de administração capaz de criar uma comunicação entre os diferentes setores e representações do município

- Fortalecer e democratizar os conselhos municipais existentes, bem como criar outros que se fizerem necessários para instituir e assegurar o diálogo entre Governo e sociedade na implantação de políticas públicas setoriais;
- Realização de Conferências Municipais setoriais para a construção de políticas públicas, além da definição de novos procedimentos para democratizar os conselhos existentes e os que vierem a ser implantados;
- Reimplantar o Orçamento Participativo e criar o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, garantindo que a população participe das discussões e deliberações sobre todo o processo orçamentário municipal (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA) desde sua região de moradia, através de fóruns locais;
- Criar o Conselho da Cidade, espaço de discussão e deliberação sobre as políticas públicas municipais de médio e longo prazo;

- Criar a Coordenadoria Municipal de Participação Popular, responsável pela coordenação e viabilização das ações.
- Criar um Comitê Municipal de Apoio à Micro, Pequena Empresa e Empreendedor Individual.
- Criar a Sala do Empreendedor para auxiliar os empreendimentos quanto a sua regularização e funcionamento.

10 – Planejamento Sustentável e Estratégico, garantir que o município tenha um planejamento a longo prazo para que as ações positivas não sejam erradicadas em função de novas administrações, mas sim melhoradas e ampliadas e que as ações administrativas contribua para que o município se torne sustentável, econômica, social e ambientalmente.

- Criação de um conselho responsável pelo acompanhamento do cumprimento do Plano de Governo, Planejamento Estratégico, bem como, realizar a articulação com os setores da administração para conhecimento das demandas municipais.

Este grupo será responsável por pesquisar e planejar a implantação de técnicas administrativas públicas inovadoras e aliadas ao desenvolvimento sustentável, criar estratégias para que o município se torne cada vez mais sustentável e criar no fim da administração deste governo um Planejamento para continuidade das atividades que trouxeram benefícios para a população para ser entregue a administração seguinte.